

Revista de
Arqueologia Pública

ARTIGO

**ARQUEOLOGIA DA
REPRESSÃO E DA
RESISTÊNCIA E SUAS
CONTRIBUIÇÕES NA
CONSTRUÇÃO DE
MEMÓRIAS**

Jocyane R. Baretta

Dossiê

No. 10
ISSN 2237-8294
dezembro de 2014

ARQUEOLOGIA DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS

Jocyane R. Baretta¹

RESUMO

A temática a ser abordada neste trabalho está inserida no campo da Arqueologia da Repressão e da Resistência e a sua relação com a construção de memórias materiais e de memórias coletivas. Estas são memórias advindas de situações traumáticas geradas nos regimes de governo militar, entre os anos 1960 e 1980 - na América Latina, em especial no Brasil. A intenção é elaborar reflexões sobre as maneiras como são construídas memórias coletivas e materiais, de modo que estas não se tornem meras lembranças de fatos ocorridos e congelados no passado.

Palavras-chave: Arqueologia da Repressão e Resistência – memórias materiais – memórias coletivas

ABSTRACT

The topic to be addressed in this paper is embedded in the field of Archaeology of Repression and Resistance and its relationship with material and collective memories. These memories arise from traumatic situations during the military government between 1960 and 1980 - in Latin America, particularly in Brazil. The intention is to develop reflections on the ways in which collective memories and materials memories are constructed aiming that they do not become mere memories of facts, frozen in the past.

Keywords: Archaeology of Repression and Resistance - materials memories - collective

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História Cultural UNICAMP, bolsista Capes. Contato: jocyanebaretta@gmail.com

memories

RESUMEN

El tema abordado en este artículo integra el campo de la Arqueología de la Represión y de la Resistencia y su relación con los recuerdos materiales de construcción y las memorias colectivas. Estos son los recuerdos que surgen de situaciones traumáticas que surgen en los sistema de gobierno militar entre 1960 y 1980 - en América Latina, particularmente en Brasil. La intención es desarrollar la reflexión sobre las formas en que se construyen colectivamente los recuerdos y materiales de manera que no se conviertan en meros recuerdos de hechos y congelados en el pasado.

Palabras clave: Arqueología de la represión y resistencia - recuerdos Materiales - memorias colectivas

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de construção das memórias traumáticas relativas aos períodos ditatoriais na América Latina, em especial no Brasil (1964/85), e como a Arqueologia da Repressão e da Resistência pode colaborar nesse processo.

No primeiro momento, apresento uma reflexão sobre a construção das memórias coletivas e das memórias materiais. A seguir, exponho o levantamento sobre os estudos já realizados sobre o tema na América Latina e no Brasil, pensando como essas memórias estão sendo abordadas e trabalhadas. A partir de então, abordo as Ditaduras na América Latina (1960/85) e como as políticas de memórias que estão sendo desenvolvidas e de que modo elas contribuem efetivamente nessa construção. Por fim, discuto sobre a Arqueologia da Repressão e da Resistência e como esta vertente de pesquisa arqueológica pode colaborar na construção de conhecimento sobre o passado ditatorial e desenvolver o seu caráter ético enquanto uma ciência política e social.

MEMÓRIAS COLETIVAS

No prefácio do livro *A memória coletiva* de Maurice Halbwachs, Jean Duvignaud descreve sobre as diferenças entre “memória histórica” e “memória coletiva”:

Lá situa-se, em Halbwachs, uma notável distinção entre a “memória histórica”, de um lado, que supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado; e a “memória coletiva”, de outro, aquela que recompõe magicamente o passado. Entre essas duas direções da consciência coletiva e individual desenvolvem-se as diversas formas de memória, cujas formas mudam conforme os objetivos que elas implicam (HALBWACHS, 2004: 15).

A busca de uma definição sobre memória coletiva levou-me a entender que existem múltiplas formas de constituição de memórias, sejam elas pessoais ou coletivas, que elas não são fixas e que não estão dadas no passado à espera de um “resgate”. Entendo

que as memórias são construídas cotidianamente pelas pessoas no presente (sobre algo do passado) de acordo com a necessidade daquilo que se quer dizer, com contexto e com o propósito pelo qual está sendo lembrada.

Para Maurice Halbwachs (2004), as lembranças que temos mais facilidade de evocar da memória são aquelas que podem ser apoiadas nas lembranças do outro, ou seja, é mais fácil lembrar daquilo que nos é familiar e de fácil acesso, assim como o é para os outros que nos cercam. As lembranças que dizem respeito somente a nós mesmos, segundo o autor, se tornam mais difíceis de acessar. Desse modo, uma vez que ocorre um distanciamento dos grupos que nos auxiliam evocá-las, as relações vão se reduzindo e, “os caminhos” pelos quais ocorriam essas comunicações vão sendo apagados, as memórias vão se tornando cada vez mais distantes, podendo até permanecer guardadas de algum modo, mas vão se tornando inacessíveis.

A memória coletiva ganha força e duração quando existe um conjunto de pessoas que lembram algo enquanto grupo. Porém, Halbwachs (2004) nos deixa claro que essas memórias não são homogêneas e que cada indivíduo lembra de acordo com o que lhe é próprio, ou seja, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (Idem: 55). É importante ressaltar que esse ponto de vista é mutável de acordo com o lugar que o indivíduo ocupa e mais, esse lugar também é mutável de acordo com as relações estabelecidas com outros meios.

Elizabeth Jelin (2002), em seu livro *Los trabajos de la memoria*, procura compreender as memórias como processos subjetivos baseados nas experiências, em marcas simbólicas e materiais. Além disso, concebe as memórias como objetos de disputas que envolvem relações de poder sobre aquilo que é lembrado ou esquecido. Contudo, ainda busca “historicizar”² as memórias reconhecendo que existem mudanças históricas no sentido do passado. Nessa obra, propõe que as memórias, especialmente as traumáticas, possam ser trabalhadas. Isso quer dizer que “trabalhar” a memória significa a elaboração do passado traumático.

Por que alguém gostaria de ficar relembando um trauma? Essa é a grande questão, pois isso não significa a simples lembrança pela lembrança. A proposta da autora remete à busca pela lembrança do trauma de modo que este possa ser “trabalhado”, no sentido do indivíduo compreender suas questões pessoais e poder falar sobre esse trauma com algum intento e significado. As memórias podem ser elaboradas de modo a valorizar a experiência para que esta possa ser “trabalhada” em um plano também coletivo, com o objetivo de superar o esquecimento e os traumas. A tomada de distância desse passado e a elaboração de reflexões e debates são capazes de construir uma consciência histórica, como abordada por Jelin (2002).

A produção bibliográfica relacionada ao estudo de memórias traumáticas ligadas à repressão na América Latina e no Brasil é considerável: Arfuch (2013), Calveiro (2013), Jelin (2002), Jelin & Kaufman (2006), Jelin & Catela (2002), Rago (2010), Rosa (2009), Sapriza (2009) e Santos (2012), apenas para citar algumas; coincidência ou não todas são mulheres falando sobre o tema. Devido aos limites deste trabalho, a questão da produção feminina poderá ser trabalhada em uma abordagem futura.

Leonor Arfuch (2013) demonstra que a produção das narrativas, testemunhos e as autobiografias foram essenciais para a elaboração das experiências sobre o período

2 Ver mais em Jacques Le Goff (2003).

repressivo na Argentina. A autora elabora uma reflexão sobre essa documentação que, segundo ela, passou por três momentos diferentes. Sendo o primeiro imediatamente após o término da ditadura Argentina, em 1983, quando as narrativas, os testemunhos e autobiografias tinham um caráter denunciativo e muitas acabaram se tornando provas judiciais. Em um segundo momento, outras memórias foram construídas no cinema, nas artes e na literatura – com diferentes gêneros -, com a intenção de recuperar a militância e escrever a sua história. No terceiro momento, as autobiografias aparecem com um caráter autocrítico, de autoconhecimento e de transformações em relação ao trauma.

No Brasil, Rago (2010), em *Memórias da Clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia*, realizou uma entrevista com a ex-guerrilheira e trabalhou o relato sobre a construção das memórias de Criméia de forma subjetiva, de modo que todo o trauma relatado por ela foi elaborado e transformado em experiência, o que gerou uma fala com propósito político. Criméia criou suas estratégias de resistência durante o período da ditadura e, posteriormente, ao narrar sua história, rompe com o machismo sofrido por ela (tanto da esquerda quanto da direita) e com a opressão da ditadura³.

Rosa (2009) analisou as cartas escritas pela brasileira Flávia Schilling, que ficou presa no Uruguai por oito anos, entre 1972 e 1980. Os documentos foram interpretados por Rosa como um “dispositivo de resistência”. Apoiada no pensamento de Foucault (2006), ela analisa os escritos de Flávia como uma maneira de resistência e o ato de escrita auxiliava a manter sua força de devir⁴. Apesar da densidade de sua escrita, Flávia demonstrava o não esvaziamento provocado pela violência vivida na prisão, pelo tempo que ficou no isolamento, por todas as tentativas dos torturadores em desestruturá-la enquanto pessoa.

As análises sobre a produção bibliográfica baseadas nas memórias traumáticas desde o período de transição dos regimes ditatoriais para as democracias na América Latina demonstram a relevância desse tipo de trabalho. É importante pensar sobre essa produção e problematizar a forma com que essas memórias são construídas, de modo que elas sirvam para compreender o que se está querendo dizer sobre esse passado e quais intenções estão propostas nessas narrativas, tanto como produção de conhecimento quanto ação social para que situações como essas nunca mais voltem a acontecer.

MEMÓRIAS MATERIAIS

O conceito de memória material proposto por Halbwachs (2004) compreende que ela sempre estará inserida no espaço.

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não

3 Ver mais em: *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

4 Devir no sentido de “não se abandona o que se é para devir outra coisa (imitação, identificação), mas uma outra forma de viver de sentir assombra ou se envolve na nossa e a ‘faz fugir’”. Ver mais em: <http://claudioulpiano.org.br/s87743.gridserver.com/wp-content/uploads/2010/05/deleuze-vocabulario-francois-zourabichvili1.pdf>. Visitado em novembro de 2013.

se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca (HALBWACHS, 2004: 150).

A relação entre as pessoas e a materialidade desencadeia e auxilia na formação das memórias, pois, muitas vezes, se é capaz de se lembrar de algo a partir de objetos que fazem uma ponte de ligação com o passado e que remetem a alguma lembrança. Desse modo, quando Halbwachs (2004) diz que a memória coletiva se desenvolve dentro de um quadro espacial, faz sentido pensarmos naquilo que a materialidade pode significar.

Philippe Artières (1998), em seu texto “Arquivar a própria vida”, fala sobre as coisas que no dia-a-dia são guardadas, como papéis com anotações, documentos, boletos, tickets, fotos antigas, formando assim uma espécie de “arquivo” dentro de uma gaveta qualquer. O autor propõe que imaginemos esse lugar onde se colocam coisas referentes ao cotidiano pessoal para dizer que normalmente deixamos os nossos próprios vestígios, mas que acabamos guardando apenas uma pequena parte, em especial as que são escritas.

Quando fala em “arquivar a vida”, Artières explica que ela não é feita de qualquer maneira e que escolhemos aquilo que queremos guardar:

(...) fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, (...) registramos apenas alguns acontecimentos, omitimos outros; às vezes, quando relemos nosso diário, acrescentamos coisas ou corrigimos aquela primeira versão. Na correspondência que recebemos, jogamos algumas cartas diretamente no lixo, outras são conservadas durante um certo tempo, outras enfim são guardadas; com o passar do tempo, muitas vezes fazemos uma nova triagem (ARTIÈRES, 1998: 03).

Qual o propósito de tudo isso? Pensando que de fato somos socialmente exigidos a arquivar partes da nossa vida, como aqueles comprovantes de pagamentos, ou ainda, mesmo por uma questão pessoal, como montar álbuns de fotos de um filho ou do casamento, se está reconstruindo narrativas. Essas “exigências” acabam aos poucos compondo uma história pessoal, e essa materialidade que foi “juntada” expressa e faz a conexão do presente com o passado e que é fruto de escolhas.

Memória e esquecimento são construções sociais, continuamente elaboradas e reformuladas. Este processo tem lugar no marco de outra construção social e cultural mais ampla: a produção social do tempo. Sobre esse cenário da nossa concepção particular de tempo, a memória e o esquecimento, o presente e o futuro atuam e se ordenam como símbolos dessa grande obra da ação coletiva que chamamos de história (JELIN & KAUFMAN, 2006: 17).

É sobre o espaço que se ocupa ou que se teve acesso, bem como a sua materialidade, que a imaginação e o pensamento são capazes de construir as lembranças ou parte delas. Nesse lugar de criação onde “as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva” (Halbwachs, 2004: 139), ou seja, as “imagens espaciais” além de possibilitarem a elaboração de memórias, elas não devem ser entendidas como algo

fixo, pois podem mudar de acordo com as circunstâncias em que são lembradas, individual ou de forma coletiva.

Portanto, as memórias podem ser construídas com auxílio da materialidade e do espaço que nos cerca. Considerando que elas são culturalmente construídas e (re) significadas cotidianamente de modo a construir narrativas, podemos entender as condições históricas para o surgimento de determinadas lembranças, bem como as relações entre pessoas e objetos. Nesse âmbito que Arqueologia da Repressão e da Resistência, sob a perspectiva da Arqueologia do Passado Recente ou Arqueologia Contemporânea aponta um novo caminho, que é democrático e com distintas possibilidades de construção dessas memórias.

DITADURAS NA AMÉRICA LATINA (1960/80) E AS POLÍTICAS DE MEMÓRIAS

A história das ditaduras Latino Americana teve seus primórdios nos contextos da Guerra Fria, indiretamente sobre as experiências dos EUA na Guerra da Coréia (1945) e a sua derrota na Guerra do Vietnã (1954) – como reflexo a bipartição do mundo entre capitalistas e socialistas. A Revolução Cubana (1959) foi reconhecidamente um dos processos históricos definitivos para a instauração das ditaduras na América Latina⁵. A insurgência dos governos militares a partir de golpes de Estado na intenção de não permitir que os ideais comunistas - que se espalhavam rapidamente -, chegassem à revolução de fato. Esse regime de governo autoritário foi marcado por desaparecimentos, prisões, sequestros e violência contra aqueles que eram considerados “inimigos” do Estado. O Brasil foi “pioneiro” nos requintes de crueldade para obtenção de confissões daqueles que estavam detidos. O aparato repressivo brasileiro serviu de “exemplo” para os outros países do Cone Sul.

Em 2014, completou cinquenta anos do Golpe de Estado no Brasil. São cinquenta anos de silêncios e dos familiares em busca dos seus filhos e irmãos desaparecidos durante a ditadura. De maneira prática, ficam duas questões: existem políticas públicas de memória que vêm sendo desenvolvidas tanto no Brasil como nos outros países da América Latina? Como se daria a elaboração de memórias traumáticas a partir de políticas de memória? Entendendo aqui por políticas de memória como as ações políticas que afetam de modo direto a produção das memórias, e que possuem objetivos bem definidos.

⁵ HOBSBAWM, E. J. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *História Contemporânea da América Latina: 1960-1990*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

Leonor Arfuch (2013) defende a ideia que é chegada a hora de se discutir essas políticas públicas da memória. Ela propõe que sejam instaurados locais de memória e monumentos, a abertura dos locais onde houve repressão e tortura, os “*espacios sórdidos del horror*” (Idem: 79), como os centros clandestinos de detenção, os campos de concentração e extermínio que, muitas vezes, estavam implantados no coração das grandes cidades, separados apenas por um muro da sua vida cotidiana.

Para Lechner & Güell (2006: 22) ao escreverem sobre as políticas de memória no Chile, entendem que “toda sociedade possui uma política de memória mais ou menos explícita, isto é, o marco de poder dentro do qual (ou contra o qual) a sociedade elabora as suas memórias e esquecimentos”. Os autores demonstram que as organizações, os grupos e familiares que lutam por suas memórias para que elas não sejam esquecidas e que possam ser reconhecidas, têm papel ativo na construção das políticas de memória. Estas envolvem muitas questões político-sociais que dão forma ao modo como a sociedade vê e entende o seu passado.

No Brasil, as políticas de memória compreendem iniciativas da sociedade na forma de grupos e familiares e por ações governamentais. Ações como abertura (mesmo que parcial) dos arquivos da ditadura; a Lei de Acesso à Informação; as expedições de buscas por seus desaparecidos políticos, a formação das Comissões da Verdade e os julgamentos de torturadores marcam o início de uma nova e longa jornada de esperança por justiça para com a memória daquelas pessoas que por seus ideais perderam a vida⁶.

ARQUEOLOGIA DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA

Quando se começa a pensar na relação entre a cultura material e as pessoas, é plausível a possibilidade se fazer uma análise por meio arqueológico. A cultura material é uma denominação bastante utilizada pela arqueologia e refere-se ao que, no decorrer do texto, era chamado apenas de materialidade, ou seja, tudo aquilo que foi produzido RI,1988, 2005; FUNARI & ZARANKIN, 2009) e manipulado pelo ser humano.

Os autores Buchli & Lucas (2001), Ian Hodder (2001), Harrison & Schofield (2009), Moshenska (2008 e 2009), González-Ruibal (2008 e 2012) defendem a ideia de que a Arqueologia permite trabalhar com períodos de tempos menos recuados, neste

CHAFFE, Bruna. *A ditadura militar no Brasil e o controle da informação: relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS*. Trabalho de conclusão de curso Biblioteconomia UFRGS, Porto Alegre: 2009.

⁶ As ações governamentais só foram tomadas devido a condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ver mais em Ceia (2013), disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista61/revista61_113.pdf Visitado em 12/06/14.

caso, durante o século XX. A Arqueologia da Repressão e da Resistência forma um novo campo com rico potencial para construção de conhecimento deste passado recente. Nesse sentido, Suárez (2014), ao utilizar o termo Arqueologia Contemporânea, afirma que este deve ser caracterizado de forma difusa sem buscar uma categorização clara, levando em consideração que a Arqueologia não pode emergir de limitações cronológicas, mas de forma afirmativa e embasada na articulação das relações entre passado e presente, cultura material, sujeitos e coletivos. Sendo assim, a arqueologia, enquanto uma ciência que tem como foco o estudo da cultura material, pesquisas em contextos de um passado recente – no caso os regimes ditatoriais da segunda metade do século XX-, passa a contribuir na construção de narrativas.

Pedro P. A. Funari, Andrés Zarankin e Emily Stovel (2005) defendem a perspectiva de uma Arqueologia interpretativa, contextual e subjetiva. Assim, os arqueólogos acesam, no presente, a cultura material que remete ao passado e que possibilita a construção de discursos. Desse modo, a materialidade é vista de maneira ativa na construção dos sujeitos e das subjetividades. Como a arqueologia pode contribuir no processo de construção das memórias de contextos ditatoriais ou de conflitos contemporâneos?

A Argentina foi pioneira na criação da EAAF – Equipe Argentina de Antropologia Forense no desenvolvimento de pesquisas nesse âmbito, com uma equipe multidisciplinar formada por antropólogos, arqueólogos, médicos, etc. É uma organização científica não governamental que trabalha na investigação de violações dos direitos humanos e nas buscas pelos desaparecidos políticos das ditaduras militares. Atualmente, a EAAF atua em mais de 30 países na América Latina, África, Oceania, Oriente Médio e Norte da África, Ásia e Europa (EAAF, 2013). Muitos estudos têm sido desenvolvidos e têm auxiliado tanto nas buscas e identificação de desaparecidos políticos como também a escrever as histórias das pessoas que tiveram seus mais básicos direitos violados.

Na Argentina, um estudo arqueológico que muito contribuiu nesse sentido foi realizado por Zarankin e Niro (2008) *A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da ditadura militar argentina (1976-83)*. Nesse texto, os autores discutem sobre as experiências sofridas por Niro (um dos autores) dentro dos centros clandestinos de detenção (CDTs) e como se dava a organização espacial e arquitetônica dos CDTs, bem como seus efeitos sobre os corpos e mentes dos presos. O estudo da materialidade e da arquitetura dos centros clandestinos argentinos, entendido pelos pesquisadores como dispositivos de poder, possibilitou compreensão de uma ideologia sádica e perversa que se materializou dentro da organização desses espaços e que permaneceu na cultura material da repressão.

Funari e Zarankin (2009), em *Brilho eterno de uma mente sem lembranças: Arqueologia e construção da Memória da repressão militar na América do Sul (1960-*

80), fazem um panorama sobre os estudos de arqueologia em contextos repressivos na América Latina e escrevem sobre o trabalho arqueológico realizado em 2002, no *Cube Atlético - C.A.* em Buenos Aires/Argentina. O *C.A.*, também conhecido pelo codinome de *Centro Anti-subversivo*, era um centro clandestino de detenção que funcionou no ano de 1977 e, “estima-se que em torno de 1.500 pessoas tenham passado por lá, e a maioria delas está desaparecida” (Idem: 42). Este tipo de pesquisa enfatiza a importância desses estudos sobre a materialidade da repressão na construção das memórias sobre a ditadura Argentina.

Melisa Salerno (2009) realizou um trabalho também na Argentina, denominado *A construção da categoria “Subversivo” e os processos de remodelação de subjetividades através do corpo e do vestido (Argentina, 1976-1983)*. Esta pesquisa versa sobre as formas que o Estado argentino criava para definir aqueles considerados subversivos, portanto, opositores ao regime vivido pelo país. Além disso, pôde, através das análises nos restos de indumentárias - que foram recuperadas nas exumações realizadas pela EAAF nas valas do Cemitério Municipal Lomas de Zamorra -, fazer o entrecruzamento de informações documentais e orais. Desse modo, a autora conseguiu desvendar informações sobre a dinâmica repressiva, sobre as prisões, onde faziam parte as constantes trocas de roupas dos presos ou mesmo o ato de despi-los, como prática de desestruturação do sujeito. Além de descobrir maneiras que o Estado arranhou para perpetuar a condição de “desaparecido”, dificultando o reconhecimento e identificação dessas pessoas.

Moshenska (2010) realizou um estudo arqueológico sobre máscaras de gás infantis da Segunda Guerra Mundial na Bretanha. Sua pesquisa tomou por base as memórias narrativas de pessoas que viveram a experiência de utilizar essas máscaras de gás no tempo da guerra. O autor trabalhou os seus usos, usos “impróprios” ou subversivos, o descarte, os efeitos do gás venenoso, sua estética, a questão do aprendizado durante a infância e os treinamentos militarizados para cuidado e uso dessa peça tecnológica enquanto equipamento de proteção pessoal. O diferencial de sua pesquisa foi a ênfase dada ao aspecto sensorial e nas relações entre memória e sensibilidade.

Nesse sentido, as narrativas tratadas em seu estudo, demonstram que as experiências sensoriais resistiram ao longo do tempo na lembrança dessas pessoas de forma clara e a estética das máscaras formou um rico potencial para maior compreensão das relações entre pessoas e coisas. Essas relações foram entendidas como diálogos que permitiram olhar além das máscaras de gás enquanto mediadores sociais, e, indo na direção da compreensão de que coisas inanimadas são agentes animados agindo sobre as pessoas e as pessoas sobre as coisas (MOSHENSKA, 2010: 625).

No Brasil, foram publicadas duas principais obras de referência sobre o tema: *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-*

1980), organizado por Funari, Zarankin e Reis (2008) e *Arqueologia Direito e Democracia* também organizada por Funari *et al.* (2009). Na primeira obra, dentre os diferentes autores latino americanos, há o texto escrito por Funari e Oliveira (2008) que trata da Arqueologia do conflito no Brasil e aponta, inicialmente, o desinteresse por parte dos pesquisadores nessa temática. Demonstra os esforços para formação de equipes forenses para busca dos desaparecidos políticos do Brasil, o que ocorreu no ano de 1992, através do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. As buscas aconteceram no Cemitério Ricardo Albuquerque, no Rio de Janeiro, sem êxito por parte da equipe. Em seguida, os autores escrevem sobre o potencial para pesquisas nessa área no Brasil. Na segunda obra, Funari *et al.* (2009) publicam um compêndio com número maior de textos sobre o tema. Monteiro da Silva (2009) discorre a cerca dos primórdios da arqueologia forense no Brasil, apontando a importância da disciplina em contextos criminais. Funari e Carvalho (2009) escrevem sobre as perspectivas e o potencial da arqueologia forense enquanto arqueologia pública, e ainda, o artigo escrito por Soares (2009) sobre Arqueologia e justiça de transição no Brasil.

Inserida na temática da Arqueologia da Repressão e da Resistência no Brasil, a pesquisa de mestrado que desenvolvo junto à Unicamp, constitui um levantamento dos locais onde houve repressão e torturas, bem como de locais utilizados pelo aparato repressivo entre os anos de 1964/1985, em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A princípio, se acreditava na existência de aproximadamente 18 locais, porém, iniciadas as pesquisas nos processos de indenização política⁷ e nos prontuários dos presos políticos do DOPS/RS⁸, como dado prévio, esse número saltou para 40 locais. Esses lugares compreendem espaços que serviram para detenção e tortura, como quartéis, presídios, escolas, delegacias; um Centro Clandestino de Detenção e Tortura e também hospitais, utilizados para atendimento médico dos presos. Após a conclusão do levantamento, a intenção é elaborar mapas temáticos sobre esses lugares e fazer uma análise comparativa com base na Arqueologia da Arquitetura do CDT - Centro Clandestino de Detenção e Tortura e de um dos estabelecimentos prisionais, o da Ilha do Presídio. O principal objetivo desta pesquisa é colaborar na construção de memórias materiais sobre o período na cidade, de modo a tornar público o que um dia se passou nesses locais. Estes são apenas alguns dados preliminares da pesquisa que está em andamento.

A possibilidade de se construir histórias com base nos vestígios presentes na materialidade da repressão demonstra a importância de estudos arqueológicos no âmbito

7 Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

8 DOPS/RS - Acervo Contra Ditadura do Museu dos Direitos Humanos do Mercosul/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

da Arqueologia da Repressão e da Resistência no Brasil, e principalmente, pelo caráter democrático e social da Arqueologia na construção de um passado tão próximo e lancinante de nossa história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas arqueológicas sobre a cultura material oriunda de contextos repressivos podem colaborar com as ciências forenses, de modo a contribuir na compreensão, por parte dos peritos, das circunstâncias da morte, entre outros aspectos, servir como provas materiais em processos judiciais. Contudo, cabe ressaltar aqui, que essas evidências materiais possuem um enorme potencial para interpretações que fogem do âmbito forense e que possibilitam trocas com outras áreas do conhecimento, como História, Sociologia, Política, entre outras. O conhecimento produzido pela Arqueologia desempenha um importante papel social tanto para as pessoas diretamente afetadas quanto para a sociedade de um país. Digo isso no sentido de que a Arqueologia possibilita trabalhar e construir memórias - de um passado que é doloroso para as gerações que vivenciaram esse período, como para aqueles vieram depois da extinção dos regimes autoritários -, como forma de conhecer o seu passado.

O desafio de se construir memórias materiais, com base em análises arqueológicas, conjuga com a ideia da construção de memórias que possam ser trabalhadas coletivamente, como proposta por Elizabeth Jelin (2002) e políticas de memórias apontadas por Leonor Arfuch (2013). Finalmente, lutar e trabalhar de maneira engajada para que as memórias e as histórias não caiam no esquecimento dos abusos de um período traumático para a sociedade brasileira e latino americana. E, com efeito, que pesquisas assim possam promover debates e reflexões ativas sobre esse passado e sobre o seu sentido para o presente e futuro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Dr. Pedro Paulo Funari pela orientação, ao PPG História Unicamp, à Capes pelo fomento desta pesquisa. À Dra. Rita Juliana Poloni pela editoração do dossiê e pelas contribuições para o aprimoramento do texto. Também à Priscila Souza, à Mariléa Almeida e ao Varlei Couto pelos comentários e conversas que muito auxiliaram na construção deste texto, que é de minha inteira responsabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía: exploraciones em los limites*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

ARTIÈRES, Phillipe. “Arquivar a própria vida”. In: *Estudos Históricos* Nº 21: Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: CPDOC: FGV, 1998. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=39. Visitado em 10/11/2013.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BUCHLI, V.; LUCAS, G. *Archaeologies of the Contemporary Past*. Londres e Nova York: Routledge, 2001.

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013.

CEIA, Eleanora M. *A Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o desenvolvimento da proteção dos Direitos Humanos no Brasil*. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 113-152, jan.-fev.-mar. 2013.

EAAF – *Equipe Argentina Antropologia Forense*. Disponível em: <http://eaaf.typepad.com/> Visitado em Novembro de 2013.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNARI, Pedro. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.

FUNARI, Pedro. P. A. “Os historiadores e a cultura material”. In: PINSKY, C.B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

FUNARI, Pedro. P. A.; ZARANKIN, Andrés; REIS, José A. *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

FUNARI, Pedro P. A. & ZARANKIN, Andrés. “Brilho eterno de uma mente sem lembranças: Arqueologia e construção da memória da repressão militar na América do Sul (1960-1980)”. IN: *Arqueologia Direito e Democracia*. Erechim: Habilis, 2009.

FUNARI, Pedro P. A. et all. *Arqueologia Direito e Democracia*. Erechim: Habilis, 2009.

GONZÁLES-RUIBAL, Alfredo. “Hacia otra arqueologia: diez propuestas”. In: *Complutum: Instituto de ciencias del patrimonio (INCIPIT)*. Consejo Superior de Investigaciones científicas. Santiago de Compostela: v. 23, n. 2, 2012.

GONZÁLES-RUIBAL, Alfredo. “Time to destroy an archaeology of supermodernity”. In: *Current Anthropology*. v. 49, n. 2, Abr/2008.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HARRISON, R. & SCHOFIELD, J. “Archaeo-Ethnography, Auto-Archaeology: Introducing Archaeologies of the Contemporary Past”. *Archeologies: Journal of the World Archaeological Congress*. [...] v. 5, n. 2, Ago/2009.

HODDER, Ian. (Ed.). *Archaeological Theory Today*. Cambridge: Polity Press, 2001.

JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria* Colección Memorias de La Represión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

JELIN, Elisabeth. & Catela, Ludmila da Silva. *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Colección Memorias de La Represión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

JELIN, Elisabeth & KAUFMAN, Susana G. *Subjetividad y figuras de la memoria*. Colección Memorias de La Represión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

LECHNER, Norbert.; & Güell, Pedro. “Construcción social de las memorias em latransición chilena”. IN: *Subjetividad y figuras de la memoria*. Jelin & Kaufman (comps.). Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2003.

MOSHENSKA, G. “Ethics and ethical critique in the Archaeology of Modern Conflict”. In: *Norwegian Archaeological Review*, [S.L.] v. 41, nº 2. 2008.

MOSHENSKA, G. “Working with Memory in the Archaeology of Modern Conflict”. In: *Cambridge Archaeological Journal*, Cambridge, 20:1, pp. 33-48. 2009.

MOSHENSKA, Gabriel. “Gas masks: material culture, memory, and the senses”. *JRAI – Journal of the Royal Anthropological Institute (N.S)* 16, 609-628 Royal Anthropological Institute, 2010.

RAGO, Margareth. “Memórias da Clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schimidt e a Guerrilha do Araguaia”. IN: *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

ROSA, Susel O. *Flávia Schilling e a escrita de si como dispositivo de resistência*. Jan/dez 2009. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys15/ditadura/susel2.htm> Visitado em outubro de 2013.

SALERNO, Melisa. “A construção da categoria ‘Subversivo’ e os processos de remodelação de subjetividades através do corpo e do vestido” (Argentina, 1976-1983). IN: *Arqueologia Direito e Democracia*. Erechim: Habilis, 2009.

SANTOS, Myrian S. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2ª edição, 2012.

SAPRIZA, Gabriela. *Cuerpos bajo sospecha: Un relato de la dictadura en Uruguay desde la memoria de las mujeres*. Jan/dez 2009. Disponível em: <http://www.tanianavarros.wain.com.br/labrys/labrys15/ditadura/graziela.htm> Visitado em outubro de 2013.

SUÁREZ, Carlos M. GT72- *Patrimonio, arqueologías contemporáneas y politización: debates en torno a estrategias de intervención en la esfera pública*. XI Congreso Argentino de Antropología Social, publicado em março de 2014. Disponível em: <http://www.11caas.org/grupos-de-trabajo/gt72-patrimonio-arqueologias-contemporaneas-y-politizacion-debates-en-torno-a-estrategias-de-intervencion-en-la-esfera-publica/> Visitado em 11/06/14.

ZARANKIN, Andrés; NIRO, Cláudio. “A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da ditadura militar argentina (1976-83)”. IN: *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.